

3

A REGENERAÇÃO

1851-1870

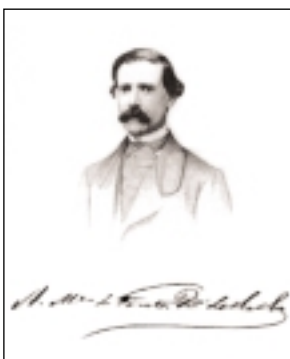
FRANCISCO ANTÓNIO FERNANDES DA SILVA FERRÃO

Francisco António Fernandes da Silva Ferrão nasceu a 3 de Julho de 1798, em Coimbra, e veio a falecer em 1874, em Lisboa. Era filho de António Fernandes Duarte. Doutorou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra, em 4 de Junho de 1820. Em 1826, aquando dos diversos pronunciamentos militares absolutistas, alistou-se como furriel na 6.ª companhia do batalhão dos voluntários académicos e partiu para a Beira, onde participou em algumas batalhas, defendendo as cores liberais. Em 1828, foi nomeado vice-conservador da Universidade de Coimbra pela Junta do Porto,



mas viu-se obrigado a fugir, devido às perseguições absolutistas. Terminada a guerra civil, decidindo seguir a carreira judicial, é nomeado juiz da Relação de Lisboa em 1835, donde passou ao lugar de procurador-geral dos Negócios da Fazenda, no ano seguinte, que ocupou até Março de 1847, altura em que foi elevado a membro do Supremo Conselho da Justiça. Em 22 de Agosto de 1847, após a Patuleia, integrou o ministério do duque de Saldanha, com o encargo da pasta dos Negócios da Justiça, que sobraçou até 18 de Dezembro seguinte. Nomeado, depois, vogal da direcção do Fundo de Amortização, foi demitido dessas funções em Novembro de 1850, pelo governo do conde de Tomar, mas voltaria a assumi-las em Maio de 1851, em consequência do movimento da Regeneração. Deputado em algumas legislaturas, voltaria ao governo em 5 de Agosto de 1851, desta feita, como ministro dos Negócios da Fazenda. No entanto, pediria a sua demissão a 21 desse mês, em resultado das acusações que lhe haviam sido feitas no jornal *O Estandarte* de estar ligado aos contratadores de tabaco, sobre o que publicou um escrito em sua defesa. Em 1860, foi elevado a par do Reino e viu-se de novo envolvido numa polémica, acusado que era de ter exercido pressão sobre um juiz de Direito. Uma vez mais, recorreria à escrita para defender a sua honra, publicando o texto *Refutação á Querella do Procurador Geral da Côroa*. Autor de muitos outros escritos, era também grã-cruz da Ordem de São Tiago da Espada, comendador da Ordem de Cristo e sócio correspondente – efectivo, a partir de 8 de Abril de 1862 – da Academia Real das Ciências de Lisboa.

ANTÓNIO MARIA FONTES PEREIRA DE MELO



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

António Maria Fontes Pereira de Melo nasceu em Lisboa, a 8 de Setembro de 1819, falecendo na mesma cidade a 22 de Janeiro de 1887.

Era filho de João Fontes Pereira de Melo, fidalgo da Casa Real, conselheiro e ministro de Estado honorário, e de Jacinta Venâncio Rosa da Cunha Matos.

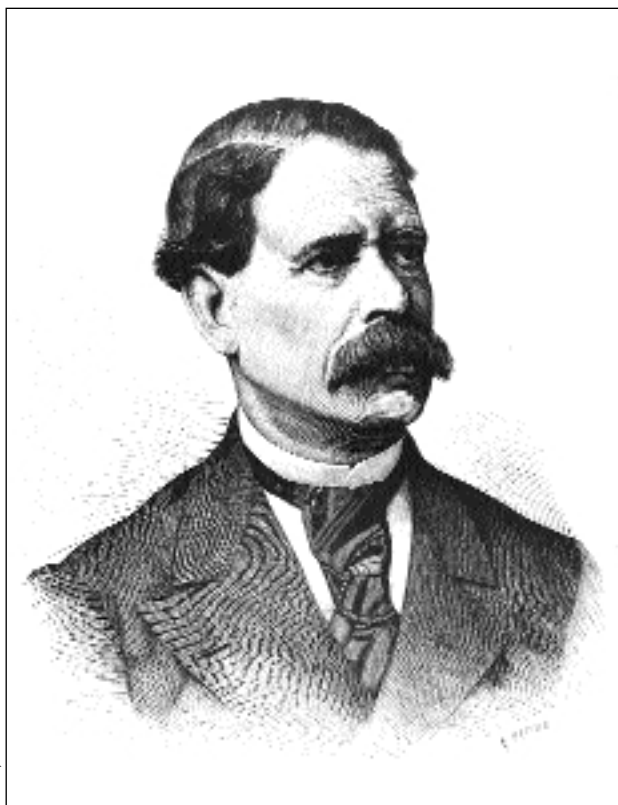
Aos 13 anos de idade, assentou praça na Armada e iniciou os seus estudos na Academia dos Guardas-Marinhas.

Dois meses depois, recebia o seu baptismo de fogo, ao combater nas linhas de Lisboa contra as forças de D. Miguel. Cumprido este dever,

regressou àquela academia, recebendo no final do curso um prémio verdadeiramente excepcional, só obtido por si e outros dois alunos ao longo de trinta anos (um deles, seu pai), o qual havia sido instituído em 1805 para recompensar o mérito.

Matriculou-se, de seguida, na Academia de Fortificação, mais tarde, Escola do Exército, onde cursou Engenharia. Nesta arma, foi promovido a tenente em 1839.

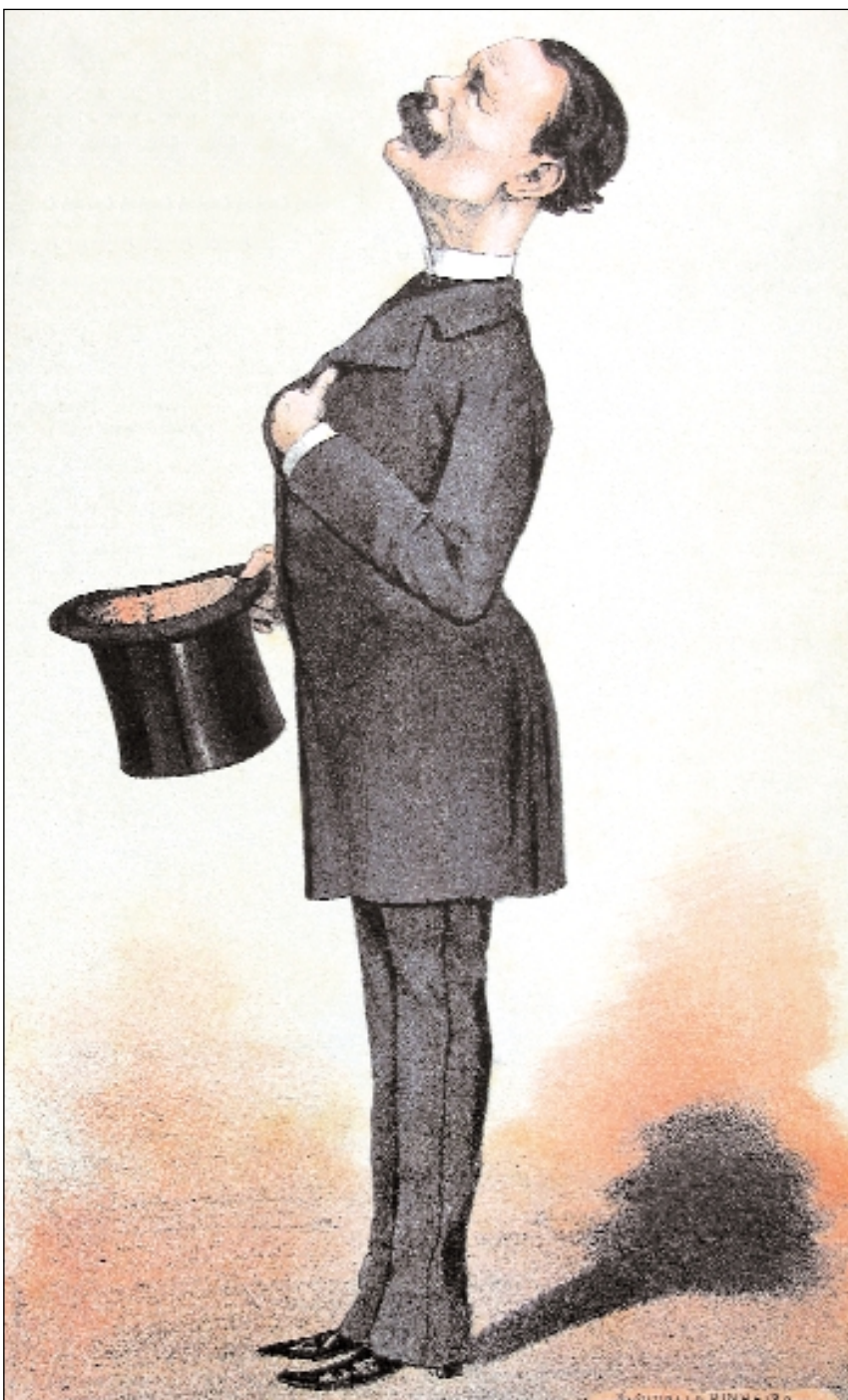
Neste ano, acompanhou o pai – nomeado governador da província – a Cabo Verde, como ajudante, oportunidade que aproveitou para visitar todo o arquipélago e o distrito da Guiné, bem como proceder ao levantamento de plantas. Regressado a Portugal, junta-se ao duque de Saldanha aquando dos movimentos insurreccionais de 1846, pelo que conquista a admiração deste. Após a guerra civil, é eleito deputado, pelo círculo de Cabo Verde, mas, como se a comissão responsável rejeitasse, em parecer, a sua eleição, usou do direito de defesa que lhe assistia e, com o apoio do duque de Ávila, conseguiu por fim ver reconhecido o seu mandato. Em 1850, insurgiu-se contra a lei que ficou conhecida pelo nome de “lei da rolha”, que restringia a liberdade de imprensa, assunto sobre o qual proferiu um discurso na Câmara dos Deputados. Em Julho de 1851, na sequência de uma remodelação do primeiro governo da Regeneração, é investido do cargo de ministro da Marinha e Ultramar. Conservou-se à frente desta pasta até 4 de Março de 1852, quando, a convite do duque de Saldanha, transita para os Negócios da Fazenda, em cujo exercício procedeu à regularização dos vencimentos



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

NOSSO SENHOR





dos funcionários públicos, o que teve como consequência imediata a subida dos rendimentos das Alfândegas. A partir de 30 de Agosto seguinte, acumula a pasta das Obras Públicas, Comércio e Indústria, cuja criação muito se lhe deve. Aumentou-se, então, o número de estradas, construiu-se o primeiro troço dos caminhos-de-ferro, que ligava Lisboa ao Carregado, iniciou-se a construção de outros dois, o de Vendas Novas e Sintra, montou-se a primeira linha telegráfica e inaugurou-se carreiras regulares de barcos a vapor, os serviços postais e as redes telefónicas. De facto, a sua passagem pelo Ministério das Obras Públicas e a sua política dos "melhoramentos materiais" marcaram de tal forma a época que se eternizaram sob o nome de Fontismo. Mantendo-se nessas funções até 6 de Junho de 1856, regressaria ao executivo em 16 de Março de 1859, presidido pelo duque da Terceira, mas, desta vez, à frente da pasta dos Negócios do Reino, que sobraçou até 4 de Julho de 1860. Volta à pasta dos Negócios da Fazenda em 5 de Agosto de 1865, no governo liderado por Joaquim António de Aguiar, saído das eleições de 9 de Julho desse ano, conhecido por governo da fusão. Até à queda desse executivo, suscitada em 4 de Janeiro de 1868 pelo movimento da Janeirinha, acumula, interinamente, a pasta da Marinha. Em 13 de Setembro de 1871, estreia-se, já líder do Partido Progressista Regenerador, na presidência do Conselho, que acumula com as pastas da Guerra, dos Negócios da Fazenda (até 11 de Outubro de 1872) e da Marinha (desde 6 de Setembro de 1875) demitindo-se a 5 de Março de 1877, supostamente, por doença, mas, na verdade, devido à instabilidade

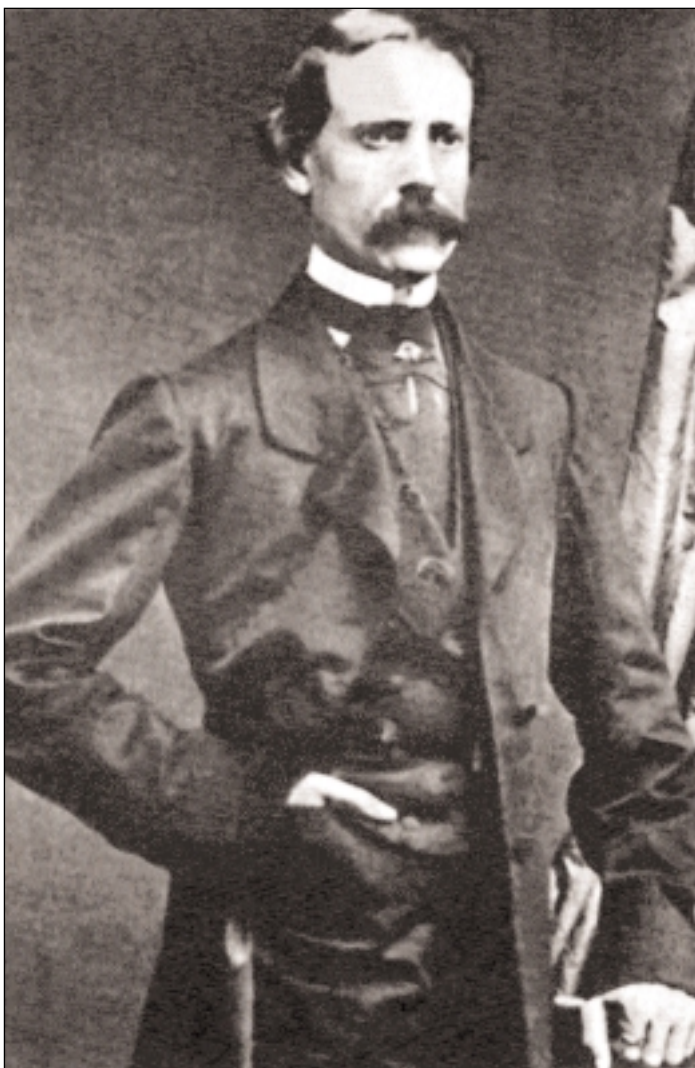


O homem dos sete instrumentos



Admiras-o, senhores. Elle toca a presidencia da camara das parcs com os queixos; toca a presidencia do supremo tribunal administrativo com a cabeça; toca o generalato da engenharia com os punhos; toca a governação do credito hypothecario com a testa; e toca o poder occulto com o nariz!

provocada pela demissão do seu ministro dos Negócios da Fazenda, António de Serpa Pimentel, alvo de críticas violentas, desferidas pelo recém-formado Partido Progressista aquando da apresentação do orçamento do Estado. De qualquer das formas, o Governo mantém-se até 29 de Janeiro de 1878, sob a presidência do marquês de Ávila,



IN PARA A HISTÓRIA DO ASSOCIATIVISMO EMPRESARIAL

ficando, então, conhecido como “mientras vuelve”, já que, em Espanha, se noticiara que não cairia até que o seu primeiro chefe regressasse (“mientras vuelve”). Viria a ser o governo mais longo da segunda metade do século XIX.

Ainda em 1877, fez uma longa viagem de recreio pela Europa, donde regressou a 21 de Outubro.

A 29 de Janeiro de 1878, contra a tradição política, que impunha a chamada do chefe da oposição quando determinado executivo caía, foi instado pelo Rei a formar governo, mas, ainda que acedendo, pediu a demissão do gabinete logo em 30 de Maio seguinte. Em 14 de Novembro de 1881, assume a presidência do executivo – que vinha a ser dirigido pelo seu correlegionário Rodrigo Sampaio desde 25 de Março desse ano – juntamente com as pastas dos Negócios da Fazenda (que delega, em 24 de Outubro de 1883, em Hintze Ribeiro) e da Guerra, que dirige até à demissão do governo, em Fevereiro de 1886. Entre as principais medidas desse mandato, destaca-se o Acto Adicional à Carta, que transformou a Câmara dos Pares de hereditária em vitalícia.

Recolhendo à vida privada, fez novo périplo pelo estrangeiro. De regresso a Portugal, empenhara-se na preparação das eleições de Março de 1886, quando morreu, vítima de doença súbita. Ao seu funeral, acorreram representantes das mais variadas forças políticas, o que reflecte bem o consenso gerado em torno da sua figura. Foi governador da Companhia do Crédito Predial Português e presidente do Supremo Tribunal Administrativo, além de pertencer ao Conselho de Sua Majestade e ao Conselho de Estado.



COLEÇÃO BANCO SANTANDER



ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

General-de-divisão, detinha o estatuto de fidalgo da Casa Real e as grã-cruzes da Torre e Espada, de São Bento de Avis, da Legião de Honra (França), de Leopoldo (Bélgica), de São Maurício e São Lázaro (Itália), do Cruzeiro (Brasil), de Isabel, a Católica (Espanha), do Leão da Holanda, da Coroa de Sião, do Sol Nascente (Japão), do Leão da Pérsia e de Mérito Militar. Fora, ainda, agraciado com outras comendas e com o colar de Carlos III, de Espanha.

FREDERICO GUILHERME DA SILVA PEREIRA

Frederico Guilherme da Silva Pereira nasceu em Monção, a 28 de Abril de 1806, e veio a falecer em Lisboa, a 18 de Janeiro de 1871.

Filho de Francisco Xavier da Silva Pereira e de Antónia Josefa de Abreu, era irmão do primeiro conde das Antas.



COLEÇÃO MANUEL CORTE-REAL

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, optou pela carreira da magistratura e, seguindo um percurso sem interrupções e desvios, em que procurou sempre manter-se alheio às questões políticas, chegou aos lugares de juiz da Relação de Lisboa e, mais tarde, de presidente desse tribunal.

Quando o primeiro governo regenerador precisou de se reorganizar, devido à saída de António Luís de Seabra, procurando um magistrado íntegro, respeitado e com prestígio para dirigir a pasta da Justiça, o marechal duque de Saldanha nomeou-o para essas funções, em 3 de Setembro de 1853.

Em finais de 1856, dada a ausência de Fontes Pereira de Melo em Londres, assumiu, em 8 de Novembro, a título interino, a pasta dos Negócios da Fazenda, que geriu até 3 de Janeiro seguinte.

Em 6 de Junho de 1857, na sequência da demissão do ministério que havia integrado em 1853 e depois de ter sido deputado em diversas legislaturas, abandonou definitivamente o poder e conservou-se afastado da política.

JOSÉ MARIA CALDEIRA DO CASAL RIBEIRO

José Maria Caldeira do Casal Ribeiro nasceu em Lisboa, a 18 de Abril de 1825, e veio a falecer em Madrid, a 14 de Junho de 1896. Era filho de José Vicente Caldeira do Casal Ribeiro, fidalgo-cavaleiro da Casa Real e desembargador da Casa da Suplicação, com exercício na Relação e Casa do Porto, e de Maria Henriqueta Gomes Ribeiro.



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

Cursou Direito na Universidade de Coimbra, entre 1843 e 1848, com grande distinção. Estreando-se na política durante os tempos de estudante, notabilizou-se pela veemência das suas ideias democráticas e integrou a Junta Governativa que se formou em Coimbra em 1846, por ocasião da guerra civil da Patuleia, no desfecho da qual logrou garantir a impunidade dos revolucionários.

Influenciado pela II República Francesa, que lhe despertou as suas ideias democráticas, mostrou-se republicano convicto nos panfletos *O Soldado e o Povo, Hoje Não É Hontem* e *A Imprensa e o Conde de Thomar*, que publicou entre 1848 e 1850.

Terminada a formatura, regressou a Lisboa e prosseguiu a actividade política como jornalista. Fundou, então, o jornal *A Civilização*, de que foi, também, redactor principal, contribuindo do seu bolso para a existência dessa folha, e colaborou no *Atheneu*, em 1850.

Depois da Regeneração, em 1851, aliou-se a adversários políticos que havia combatido no passado e aderiu ao Partido Regenerador. As eleições desse ano levaram-no à Câmara dos Deputados, numa legislatura que, embora sendo breve, lhe permitiu revelar os seus créditos de bom orador, com domínio das questões financeiras. Regressou ao parlamento nas legislaturas de 1852, 1859, 1860-1861, 1861-1864, 1865 e 1865-1866, donde saiu reforçada a sua capacidade oratória.

Entretanto, iniciou-se nas funções governativas, ao assumir a pasta dos Negócios da Fazenda no ministério do duque da Terceira, entre 16 de Março de 1859 e 20 de Julho de 1860, em cujo

exercício procederia à substituição dos impostos de transição e das sisas pela *contribuição de registo*. Durante esse ministério, viria ainda a ocupar-se, interinamente, da pasta dos Negócios Estrangeiros, entre 24 de Abril e 4 de Junho de 1860.

Quando, anos depois, regressou ao Governo, fê-lo na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros do governo da "Fusão", de 9 de Maio de 1866 a 4 de Janeiro de 1868, chegando a acumular a pasta das Obras Públicas entre 9 de Maio e 6 de Junho de 1866.



Entre ambas as experiências governativas, fora elevado ao pariatato, a título vitalício, por Carta Régia 8 de Setembro de 1865.

Algum tempo depois de deixar o Governo, o gabinete do duque de Loulé convidou-o para o cargo de ministro plenipotenciário em Paris, que desempenhou até ao golpe de Estado de 19 de Maio de 1870, conhecido por Saldanhada, circunstância em que pediu a sua exoneração. Ainda nesse ano, foi agraciado pelo rei D. Luís com o título de conde do Casal Ribeiro, em duas vidas, por Decreto de 28 de Maio.

Conselheiro de Estado desde 1872, opor-se-ia, em 1884, à nova lei eleitoral, que veio alargar o sufrágio, e, comprovando a evolução das suas ideias de um republicanismo de inspiração francesa para um conservadorismo de matriz religiosa, anunciou a intenção de formar um novo partido – dito católico – com o Partido Nacionalista, projecto que tomaria forma apenas entre 1903 e 1910.

No fim da sua vida, foi nomeado ministro plenipotenciário em Madrid, onde veio a falecer. Proprietário abastado, era grã-cruz das ordens de Cristo, de Alberto, o Valoroso (Saxónia), da Legião de Honra (França), de São Gregório Magno (Roma), da Rosa (Brasil) e de Carlos III (Espanha), bem como membro da Academia Real das Ciências de Lisboa e sócio da Academia de História de Madrid.

JOAQUIM TOMÁS LOBO DE ÁVILA

Joaquim Tomás Lobo de Ávila nasceu em Santarém, a 15 de Novembro de 1819, e veio a falecer em Lisboa, a 1 de Fevereiro de 1901. Era filho do capitão de Infantaria, proprietário e lavrador Joaquim Anastácio Lobo de Ávila, e de Mariana Vitória de Mendonça Pessanha Mascarenhas.

Educado no Colégio Militar, concluiu o respectivo curso com 17 anos de idade, tendo sido laureado com os primeiros prémios



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

e comandado, durante dois anos, o batalhão escolar. Ingressou, de seguida, na Escola Politécnica, mas, entretanto, haveria de assentar praça na arma de Infantaria e ser promovido a alferes, em 26 de Novembro de 1840.

Quando, em 1844, rebentou a revolta anticabralista em Torres Novas, juntou-se ao movimento como ajudante-de-ordens do general César de Vasconcelos, mas, malgrado essa tentativa, viu-se forçado a emigrar para Espanha e daí para Paris. Em França, não só concluiria o curso da École Imperiale des Ponts et Chaussées, praticando nos trabalhos públicos em França, como se formaria em Engenharia, Economia e Direito Administrativo.

Depois de regressar a Portugal em 1849, foi admitido ao serviço das Obras Públicas e fundou os periódicos *Cosmorama* e *Atheneu*.

Em 15 de Fevereiro de 1851, tornou-se responsável pela 5.ª cadeira auxiliar – Estradas de Caminhos-de-Ferro – da Escola do Exército, até 1856, quando pediu a exoneração. Ainda em 1851, fez parte da comissão nomeada para estudar uma proposta de Hardy Hislop para a construção de linhas de caminho-de-ferro em Portugal.

Em Outubro do ano seguinte, depois de muito ter contribuído para a criação do Ministério das Obras Públicas, foi nomeado secretário do Conselho de Obras Públicas, cargo que ocupou até 24 de Abril de 1861, altura em que passou a ser inspector de obras públicas.

Maçon – chegou a militar na loja “Filantropia”, de marca cabralista –, começou por alinhar nas fileiras do Partido Histórico, mas tomou, mais tarde, o lado dos regeneradores, onde havia de iniciar a sua vida de estadista.

Eleito deputado em diversas legislaturas e por vários círculos, foi, na respectiva câmara, relator das comissões mais importantes, como a dos Negócios da Fazenda e das Obras Públicas, empenhando-se, igualmente, em levar por diante a construção do caminho-de-ferro em Portugal, sobre a qual se pronunciou no folheto intitulado *Reflexões sobre o Contrato para a Construção do Caminho de Ferro de Leste*, que publicou em 1853.

Em 21 de Fevereiro de 1862, é chamado, pela primeira vez, às funções executivas, como membro do ministério remodelado do duque de Loulé, encarregando-se das pastas dos Negócios da Fazenda e das Obras Públicas, até 5 de Março de 1865. Durante esses mandatos, procedeu-se à consolidação do crédito no estrangeiro, instituiu-se o crédito predial, reformaram-se os serviços aduaneiros e o processo de fabrico da moeda e fixaram-se os novos quadros do pessoal da Casa da Moeda, além de se ter verificado a abertura da Linha do Leste até à fronteira, em 24 de Setembro de 1863, e da Linha do Norte até Gaia, em 7 de Julho de 1864.

Entretanto, não conseguindo ser reeleito para o lugar de grão-mestre da Confederação Maçónica em Março de 1864, cargo que vinha a ocupar desde Fevereiro de 1863, constituiu, em Maio de 1864, a Confederação Maçónica Progressista de Portugal.

Regressa ao Governo em 11 de Agosto de 1869, para assumir a pasta das Obras Públicas no gabinete presidido pelo duque de Loulé, em cujas funções reformou o serviço técnico das obras públicas, os serviços geodésicos e geológicos e o ensino industrial e agrícola. Sobrava, igualmente, a pasta da Guerra, quando se deu o golpe de Estado de 19 de Maio de 1870,

conhecido por Saldanhada, que derrubou todo o ministério.

Em 16 de Maio de 1874, foi elevado a par do Reino, de que tomou posse na sessão da respectiva câmara de 5 de Janeiro de 1875, e, por Decreto de 5 de Abril deste ano, recebeu o título de conde de Valbom.

Após a morte do duque de Loulé, em 23 de Maio de 1875, afastou-se temporariamente da vida política activa, iniciando, em Novembro do ano seguinte, a sua carreira diplomática, como ministro plenipotenciário em Madrid.

Cerca de dez anos depois, foi nomeado ministro plenipotenciário em Paris, onde permaneceu até 1890, ano em que voltou ao País para integrar o governo presidido pelo general João Crisóstomo, formado após o *Ultimatum*, no qual se encarregou da pasta dos Negócios Estrangeiros, entre 25 de Maio de 1891 e 7 de Janeiro de 1892.

Foi autor de uma extensa bibliografia, de que se destaca *Estudos de Administração*, obra que, publicada em 1874, lhe valeu o lugar de sócio efectivo da Academia Real das Ciências e o respeito da comunidade científica.

Era fidalgo da Casa Real, coronel honorário do Corpo de Engenheiros, conselheiro de Estado efectivo, comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro da Ordem de Avis e grã-cruz das ordens de São Maurício e São Lázaro (Itália) e da Rosa (Brasil), além de ter exercido o cargo de vice-governador da Companhia do Crédito Predial.

MATIAS DE CARVALHO E VASCONCELOS

Matias de Carvalho e Vasconcelos nasceu em Ourentã, concelho de Cantanhede, a 22 de Outubro de 1832, e veio a falecer em Florença, a 3 de Dezembro de 1910.

Era filho de um lavrador abastado, Matias de Carvalho Mendes Coutinho de Vasconcelos. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde, depois de concluir a formatura em Matemática, se doutorou em Filosofia, em 23 de Julho de 1854, sendo pouco depois nomeado lente da sua faculdade.

Em 1859, foi encarregado de uma comissão científica em países estrangeiros por ordem do Governo.

Filiado no Partido Progressista, foi eleito deputado em várias legislaturas e, enquanto tal, manifestou sempre, na discussão de questões cruciais, profundos conhecimentos da área financeira, que ditaram a sua nomeação, em 5 de Março de 1865, para o cargo de ministro dos Negócios da Fazenda do Governo chefiado pelo duque de Loulé, que exerceu até 17 de Abril de 1865. Após essa breve passagem pelo Governo, foi nomeado director da Casa da Moeda, cargo em que se tornou notório pelas reformas que

levou a cabo na instituição, tanto na cunhagem de moeda como no fabrico das estampilhas do imposto de selo, que se encontravam desorganizados.

Deixou a direcção da Casa da Moeda para iniciar a carreira diplomática, na qual se estreou com a nomeação de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal no Rio de Janeiro.

Elevado, entretanto, à dignidade de par do Reino, de que tomou posse na respectiva câmara, na sessão de 3 de Fevereiro de 1880, seria forçado a abandonar o Brasil, devido a problemas de saúde.

Dá-se, então, a sua recondução para a Legação de Roma, junto do Governo de Itália, permanecendo aí até 1894, ano em que foi transferido para Berlim. Uma vez mais, a saúde não lhe permitiu uma estada longa na Alemanha, pelo que regressou a Itália.

Deixou a missão diplomática em Itália para integrar o Ministério que, entretanto, se formava em Portugal, sob a presidência de José Luciano de Castro, sendo encarregado da pasta dos Negócios Estrangeiros entre 10 de Março e 9 de Novembro de 1897.

Quando saiu do Ministério, regressou a Roma na qualidade de ministro de Portugal, onde participou, como delegado diplomático, no Congresso de 1905, mantendo-se no referido cargo até à proclamação da República Portuguesa. Autor de vários escritos de índole científica e financeira, era, ainda, conselheiro, comendador da Ordem de Cristo e sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa.



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

JOSÉ DIAS FERREIRA

José Dias Ferreira nasceu a 30 de Novembro de 1837, em Aldeia Nova, freguesia de Pombeiro, concelho de Coimbra, e veio a falecer a 8 de Setembro de 1907, em Vidago. Filho de António Ferreira Dias e de Bernarda



FOTO CEDIDA PELA FAMÍLIA DIAS FERREIRA

Pereira de Vasconcelos, descendia de uma família humilde e modesta, embora fosse considerada como uma das principais de Aldeia Nova. Uma sua bisneta, Maria Manuela Dias Ferreira Leite, viria a ser ministra de Estado e das Finanças em 2002.

Enviado, em 1847, para Arganil com o intuito de estudar latim, viria a aperfeiçoar esse aprendizado em Coimbra, onde, em 1852, se matriculou na Universidade, como aluno voluntário do 1.º ano do curso de Teologia. Porém, no fim do segundo ano, em 3 de Outubro de 1854, matriculou-se na Faculdade de Direito, cujo curso terminaria em 1859, com distinção, havendo granjeado sempre os primeiros prémios anuais. Começou, então, a exercer a advocacia, mas, mantendo a ligação com os meios académicos, acabou por se doutorar em 29 de Julho de 1860 e, depois de se tornar lente substituto extraordinário da Faculdade de Direito em 1861 – responsável pela regência das cadeiras de Direito Natural e das Gentes e de Economia Política e Estadística – e de ascender a lente substituto ordinário em 1862, foi nomeado lente catedrático da mesma faculdade em 1866, da cadeira de Direito Civil.

No seu percurso profissional, além do exercício da advocacia, que prosseguiu em Lisboa a partir do momento em que se estreou na lide política, interveio em diversos momentos decisivos para a história do direito em Portugal. Exemplares disso mesmo são as suas participações na comissão da revisão do Código Comercial (1867), na criação do Supremo Tribunal Administrativo (1870) e na publicação do Código Civil Português (1870-1876).

O NOVO MEPHISTOPHELES

(PREPARATIVOS PARA AS ELEIÇÕES)



COLEÇÃO BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA JOÃO PAULO II, UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, FOTO J. P. SABINO

Iniciou a vida política como deputado, eleito sucessivas vezes entre 1861 e 1905, pelos círculos de Arganil, Anadia, Aveiro, Beja e Penacova. Em 4 de Janeiro de 1864, integra o governo que então se formou em resultado do movimento da Janeirinha, sob a presidência do bispo de Viseu, encarregando-se da pasta dos Negócios da Fazenda, que ocupou até à demissão do Ministério, em 13 de Julho de 1868.

Regressa ao executivo no ministério formado na sequência do golpe de Estado de 19 de Maio de 1870, conhecido por Saldanhada, em que ficou encarregado, uma vez mais, da pasta dos Negócios da Fazenda. Até à queda desse governo, ocorrida em 29 de Agosto do mesmo ano, sobraçaria ainda as pastas da Justiça e dos Negócios do Reino.

No ano seguinte, fundou o Partido Constituinte, que, devido ao número reduzido de membros, ficou conhecido *por patrulha*, acabando por não ter uma expressão política significativa.

Ainda na década de 1870, teve iniciação na Maçonaria, na loja dos “Cavaleiros de Nemesis de Lisboa”, seguindo-se, em 1882, a sua nomeação para grão-mestre da loja dos “Maçons Antigos, Livres e Aceites de Portugal”, que exerceu, pelo menos, até 1885.

Nos anos oitenta do século XIX, é também nomeado conselheiro do rei e vogal da comissão de legislação comercial da Câmara dos Deputados.

Em 1892, voltou a ser chamado ao Governo, desta feita, para formar gabinete, que ficou conhecido como de *Acalmação Partidária*. Encarregou-se, então, não só da presidência do Executivo, mas também das pastas dos Negócios do Reino, da Instrução Pública (até 3 de Março de 1892) e, a partir de 27 de

Maio do mesmo ano, dos Negócios da Fazenda. Antes de pedir a demissão dessas funções, o que veio a acontecer em 16 de Fevereiro de 1893, tomou ainda parte da visita da Casa Real portuguesa a Madrid, em Novembro de 1892, por ocasião das comemorações do 4.º Centenário da Descoberta da América por Cristóvão Colombo. Estreou-se como autor, publicando quando era aluno do curso de Direito, em 1857, com o título *Ensaio sobre os Primeiros Elementos da Theoria da Estadística do Exmo. Senhor Adrião Pereira Forjaz de Sampaio*, ao que se seguiu a obra *Anotações aos Elementos de Direito Natural do Exmo. Senhor Vicente Ferrer Neto de Paiva*, publicada em 1858. É ainda da sua autoria o afamado *Código do Processo Civil Anotado*, que publicou entre 1887 e 1890, além de ter fundado o *Jornal de Jurisprudência*, que saiu entre 1865 e 1870, e a *Revista Crítica de Jurisprudência Geral e Legislação*. Agraciado, em 1870, com a Grã-Cruz da Ordem de Carlos III, de Espanha, era sócio efectivo da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Sociedade de Geografia de Lisboa, bem como correspondente do Instituto de Coimbra.

CARLOS BENTO DA SILVA

Carlos Bento da Silva nasceu em Lisboa, em 1812, e veio a falecer na mesma cidade, em 1891.

Era filho de Roberto da Silva e de Maria do Patrocínio da Silva.

Terminado o curso na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, começou a sua vida pública no lugar de amanuense da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, para o que foi nomeado por Decreto de 24 de Agosto de 1833. Dedicando-se ao jornalismo, foi um dos redactores do jornal *O Portuguez*, em 1840, e do *Diário do Governo*, entre 1843 e 1844, além de ter colaborado noutros jornais políticos.

Entretanto, em 1842, estreara-se como deputado, eleito pela província do Douro, voltando ao parlamento em sucessivas legislaturas, pelos círculos da Beira Alta, Viana do Castelo, Feira, Lisboa, Macieira de Cambra e Arouca. Mantém-se, ao mesmo tempo, na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, no lugar de oficial, embora, a partir de 1852, passe a servir, em regime de comissão, na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Em 1855, é chamado, pela primeira vez, ao governo, assumindo a pasta das Obras Públicas no executivo histórico liderado pelo duque de Loulé, até 16 de Março de 1859.

No ano seguinte, a 4 de Julho,

é nomeado ministro da Marinha de um novo executivo histórico, chefiado, uma vez mais, pelo duque de Loulé, em cujas funções se mantém até 21 de Fevereiro de 1862.

Integrará, depois, vários governos presididos por Sá da Bandeira, começando como ministro das Obras Públicas, entre 17 de Abril e 4 de Setembro de 1865, prosseguindo, num segundo executivo, como ministro dos Negócios da Fazenda, entre 22 de Julho e 17 de Dezembro de 1868, em cujo exercício acumulou a pasta dos Negócios Estrangeiros, a partir de Outubro do mesmo ano, e finalizando com a chefia interina dos ministérios da Instrução Pública, dos Negócios da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, no executivo que durou entre 30 de Agosto e 29 de Outubro de 1870. Nesta data, formado novo governo sob a liderança do duque de Ávila, é convidado para os lugares de ministro dos Negócios da Fazenda e das Obras Públicas, que exercerá até 13 de Setembro de 1871, ano em que também foi nomeado conselheiro de Estado efectivo.

Seria ainda elevado ao pariato, por Carta Régia de 16 de Maio de 1874, antes de integrar, pela última vez, um elenco governativo, como ministro dos Negócios da Fazenda do executivo chefiado pelo marquês de Ávila e Bolama, em cujas funções se manteve entre 5 de Março e 10 de Setembro de 1877, data em que pediu a sua exoneração.

Pertencia, também, ao Conselho de Sua Majestade.



SEBASTIÃO LOPES DE CALHEIROS E MENESES

Sebastião Lopes de Calheiros e Meneses nasceu em 1817 e veio a falecer em 1899.

Descendente de uma família distinta, era filho de Pedro Lopes de Calheiros e Meneses Benevides e de Ângela Jácome do Lago e Moscoso.

Depois de assentar praça em 1833, chegando a participar nas lutas liberais da época, começou por frequentar a Universidade de Coimbra, embora viesse a terminar os estudos em Paris.



Nomeado governador de Cabo Verde em 25 de Novembro de 1857, manteve-se nessas funções até 1860, transitando, pouco depois, para o cargo de governador de Angola, em cujo exercício, entre 1861 e 1862, se distinguiu por ter levado a cabo obras importantes, como a Alfândega, o cais marginal e o Largo Calheiros, que muito contribuíram para o melhoramento das condições higiénicas de Luanda.

Ligado, inicialmente, ao Partido Progressista (mais tarde, Partido Histórico), solidarizou-se com o marquês de Sá da Bandeira quando este entrou em ruptura com o líder daquele partido, ajudando-o a fundar o seu próprio grupo político, o Partido Reformista, em 1867.

A sua estreia no exercício de cargos governativos verifica-se quando o Partido Reformista é chamado, pela primeira vez, ao poder, em 22 de Julho de 1868, sendo-lhe então entregue, pelo chefe do Executivo, Sá da Bandeira, a pasta das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que exerce até 11 de Agosto de 1869. Durante esse mandato, substituiu Carlos Bento da Silva – que se havia deslocado a Paris para negociar um empréstimo externo – na pasta dos Negócios da Fazenda, nos períodos de 18 de Novembro a 9 de Dezembro de 1867 e de 17 a 27 de Dezembro do mesmo ano.

Após essa experiência, desempenhou o cargo de presidente da comissão portuguesa da demarcação da fronteira entre Portugal e Espanha, com a patente de general, em cujo exercício veio a falecer.

Foi deputado em várias legislaturas, governador civil do Porto e director da Escola Politécnica, vindo a ascender a par do Reino.

FRANCISCO DE AZEREDO TEIXEIRA DE AGUILAR

Francisco de Azeredo Teixeira de Aguilár nasceu a 16 de Julho de 1828, em Cambade, Vila Nova de Gaia, e veio a falecer em 1918.

Era filho de Francisco de Paula de Azeredo Teixeira de Carvalho, 1.º visconde e 1.º conde de Samodães, e de Maria do Carmo de Lemos Teixeira de Aguilár.

Educado por sua mãe nos mais austeros princípios religiosos, frequentou, mais tarde, o Colégio da Lapa, no Porto, e o Liceu de Lisboa, onde fez os exames de Humanidades, que repetiu mais tarde em Coimbra.

Nesta cidade, viria a matricular-se, em 1843, nas Faculdades de Filosofia e Matemática, formando-se nesta disciplina em 31 de Maio de 1849.

Havia, entretanto, sido agraciado com a mercê do título de visconde de Samodães, renovado no de seu pai, por Decreto de 28 de Fevereiro de 1840.

Durante os estudos universitários, prosseguiu a carreira militar. Assentou praça em Infantaria 6, a 1 de Setembro de 1844, e foi promovido a alferes para a Infantaria 18, em 4 de Abril de 1846. É então que, sob o clima da *Maria da Fonte*, depois de ter servido no Regimento de Caçadores 8, retira de Coimbra sob o ataque de forças populares. Seguindo para Lisboa com o Regimento de Infantaria 16, acabaria por se juntar, em Julho seguinte, ao corpo a que pertencia e entrar em diferentes operações militares contra os revoltosos. Ainda em 1846, reaberta a Universidade de Coimbra, voltou a matricular-se, mas o clima de instabilidade obrigou o Governo a encerrar de novo esse estabelecimento de ensino.

Preso por suspeito e deportado para Ovar, conseguiu fugir e, depois de uma passagem por Vigo, veio a juntar-se às forças fiéis ao Governo de Lisboa, aparecendo, a partir de então, como adido ao Regimento de Infantaria 7 e como ajudante do barão de Ponte da Barca e do barão de Almofala.

Finda a guerra civil, foi colocado no Regimento de Infantaria 8 e, reaberta a Universidade, partiu para Coimbra para completar o seu curso.

Por Decreto de 1 de Março de 1849, foi agraciado com o título de conde de Samodães, também renovado no de seu pai.

Em Outubro de 1849, concluído o curso de Matemática, matriculou-se no curso geral da Escola do Exército e, ao mesmo tempo, seguiu o curso complementar da Escola Politécnica. Pouco depois, num curto espaço de tempo, seria promovido a tenente do Regimento de Infantaria 6 e a capitão, vivendo-se, então, os primeiros tempos da Regeneração.

Tomando uma atitude crítica face ao novo figurino político, foi transferido para o Regimento de Infantaria 5, em Angra do Heroísmo. Tal perseguição política levou-o a pedir a demissão da vida militar, que lhe foi dada em 12 de Novembro de 1851.

Ao mesmo tempo que era eleito deputado por Lamego, requereu a autorização para prosseguir o curso de Engenharia, como civil, o qual acabaria por concluir em 1852. Terminada a sessão legislativa, em Julho desse ano, recolheu ao Porto, onde viria a ser eleito senador da Câmara Municipal, em 1855.

Em 1857, ascendeu ao posto de tenente-general e, por morte do seu pai, ocorrida nesse ano,

foi elevado ao pariato, por sucessão, tendo prestado juramento e tomado posse na respectiva câmara, na sessão de 18 de Novembro de 1858.

Exerceu o cargo de governador civil do Porto em 1868 e, em 27 de Dezembro desse ano, foi nomeado ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda do governo chefiado por Sá da Bandeira, por via de uma remodelação do gabinete, estando no exercício do cargo até 2 de Agosto de 1869.

A partir de então, foi-se afastando progressivamente da política activa, conquanto passasse a dedicar-se à causa da Igreja Católica. Neste sentido, ajudou a fundar a Associação Católica do Porto, em 1870, e o jornal de inspiração católica *A Palavra*, além de ter dinamizado, no Porto, em 1881, uma reunião de algumas centenas de pessoas, com o intuito de criar um partido “essencialmente conservador”, que “proclamasse como parte fundamental do seu programa a independência da Igreja na sua acção providencial”.

Embora essa tentativa se revelasse infrutífera, viria a estar na origem do Partido Nacionalista, em 1903, de cuja comissão central fez parte. De permeio, participou, em Dezembro de 1894, na *coligação liberal*, união formada entre progressistas e republicanos contra o governo de Hintze Ribeiro, em favor da qual presidiu a comícios de protesto na capital nortenha. Entre outras actividades que desempenhou, destacam-se a de inspector da Academia de Belas-Artes do Porto, provedor da Misericórdia do Porto, presidente da Sociedade Humanitária, fundador e director da Companhia Vinícola do Norte de Portugal, presidente da Sociedade de Estudos e Conferências, presidente da Sociedade

Camoniana, director do Palácio de Cristal, vogal da junta literária da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto e vogal da Comissão à Exposição de Paris, onde recebeu o grau de oficial da Legião de Honra.

Autor de extensa bibliografia, foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de Carlos III, de Espanha.



COLECCÃO BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

AUGUSTO SARAIVA DE CARVALHO

Augusto Saraiva de Carvalho nasceu em Lisboa, a 25 de Julho de 1839, e veio a falecer a 29 de Novembro de 1882.

Era filho de Francisco Saraiva de Carvalho e de Jacinta Saraiva de Carvalho.

Matriculou-se, em 1857, no 1.º ano do curso de Direito da Universidade de Coimbra, que completou em 1862, sendo laureado com prémios em todos os anos.

Estabeleceu-se, depois, em Lisboa como advogado, destacando-se, pela primeira vez, numa conferência no Grémio Literário, a 23 de Maio de 1868, sobre um tema de economia política, "A População".

Iniciou a sua vida política como um dos impulsionadores do movimento social e político da Janeirinha, em Janeiro de 1868, tendo sido um dos promotores e oradores do grande comício celebrado nessa altura na Praça de Sant'Ana.

Eleito deputado, pela primeira vez, em 1868, pelo círculo da Encarnação, viria, depois, a ser reeleito nessas funções em sucessivas legislaturas até 1875, mas pelo círculo de Lisboa.

Malogradas as primeiras tentativas de saneamento das Finanças Públicas ensaiadas pelo ministério reformista que saiu da Janeirinha, o bispo de Viseu, chefe do Governo, lembrou-se do seu nome para a pasta dos Negócios da Fazenda, a qual viria a exercer entre 2 e 11 de Agosto de 1869, altura em que um novo executivo sobe ao poder.

Regressou às funções governativas após o golpe de Estado que pôs fim à ditadura do duque de Saldanha, em 29 de Agosto de 1870, no papel de ministro da Justiça, ao qual resignaria



COLEÇÃO BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA JOÃO PAULO II, UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, FOTO J. P. SABINO

A Saraiva rebenta-lho a boca.



no primeiro semestre de 1871, depois de ter desagradado ao presidente do Ministério, o marquês de Ávila, com a nomeação que fez do bispo do Algarve, D. Inácio, para patriarca de Lisboa.

Afastando-se durante algum tempo da política activa, integraria o ministério progressista presidido por Anselmo José Braamcamp, no qual se tornou responsável pela pasta das Obras

Públicas, Comércio e Indústria, entre 1 de Junho de 1879 e 25 de Março de 1881, altura em que o Governo se demitiu em bloco.

Em 1882, apesar de já se sentir bastante doente, regressou às funções parlamentárias, eleito pelo círculo da Covilhã. Distinguiu-se, então, na questão sobre o caminho-de-ferro de Salamanca, sobre o que pronunciou um notável discurso. No Verão e Outono desse ano, agravou-se consideravelmente o seu estado de saúde, vindo a falecer pouco depois.

ANSELMO JOSÉ BRAAMCAMP

Anselmo José Braamcamp nasceu a 23 de Outubro de 1819 e veio a falecer a 13 de Novembro de 1885, em Lisboa.

Era filho de Anselmo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco, antigo ministro vintista, maçom e deputado da Regeneração, e sobrinho do ministro dos Negócios da Fazenda Hermano José Braamcamp.

Quando jovem, acompanhando o pai para o exílio, por ocasião das guerras liberais, viajou até França, em cuja capital começou a sua educação.

Regressou a Portugal em 1835 e continuou os seus estudos em Coimbra, onde, cinco anos depois, haveria de concluir o bacharelato em Direito. Durante os tempos da Universidade, colaborou no periódico *Chronica Litteraria da*

Nova Academia Dramatica, onde assinou alguns textos acerca do teatro.

Após a conclusão do curso, foi nomeado procurador régio em Almada e, em 1845, passaria pelo lugar homólogo em Lisboa antes de ser indigitado para secretário-geral do mesmo distrito.

Opondo-se à política de Costa Cabral, na sequência da revolução de 10 de Outubro de 1846, no Porto, que levaria à guerra civil, adere à Junta Provisória, onde presta serviços pessoais e ajuda pecuniária. No ano seguinte, juntou-se, no Algarve, à divisão militar, como governador civil dos distritos do Sul.

Em 1851, após a entrada do duque de Saldanha em Lisboa, dava início à sua carreira parlamentar, eleito por um dos círculos da capital, a qual viria

COLECCÃO BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA JOÃO PAULO II, UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, FOTO J. P. SABINO





COLECCÃO BANCO DE PORTUGAL



a terminar em 1884, depois de ter sido mandatado por diversos círculos.

Entre 21 de Fevereiro de 1862 e 14 de Janeiro de 1864, esteve, pela primeira vez, no exercício de uma pasta ministerial, a dos Negócios do Reino, durante o qual se fez promulgar a lei de abolição dos morgados. Nesse executivo, geriu, interinamente, a pasta da Justiça, em Novembro de 1863.

No governo da "Fusão", exerceu, também a título provisório, a pasta da Marinha e Ultramar, entre Junho e Julho de 1866, ano em que é nomeado conselheiro de Estado efectivo. Data de 11 de Agosto de 1869 a sua nomeação para o cargo de ministro dos Negócios da Fazenda, em cujo mandato, que se alonga até 20 de Maio do ano seguinte, lança a reforma da contribuição predial.

Ainda em 1870, foi nomeado vogal do Supremo Tribunal Administrativo, onde serviu muitas vezes como presidente.

Recusando a elevação ao pariato, aceitou, por outro lado, chefiar o Partido Progressista (resultante da fusão dos partidos Histórico e Reformista) e, nessa condição, presidiu ao Governo a partir de 1 de Junho de 1879, que viria a cair a 25 de Março de 1881, devido ao Tratado de Lourenço Marques, celebrado com a Inglaterra. Durante esse período, sobraçou, igualmente, a pasta dos Negócios Estrangeiros. Em 1885, iniciou a *Vida Nova*, com Oliveira Martins e outros, com a intenção de reformar a via do progressismo de acordo com as modernas correntes políticas e em combate aberto a Fontes Pereira de Melo.

Era grã-cruz das ordens da Torre e Espada, de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e da Legião de Honra, havendo recebido, ainda, várias condecorações estrangeiras.